

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 649/XV/1.^a

Recomenda ao Governo que apresente no Programa de Estabilidade 2023-2027 uma previsão de medidas a adotar para devolver ao Estado capacidade de cumprimento de obrigações constitucionais no domínio social e uma estratégia de crescimento económico

Exposição de Motivos

A capacidade de o Estado português cumprir os compromissos de prestação de serviços públicos aos portugueses, que decorrem das suas responsabilidades sociais constitucionalmente estabelecidas, nunca esteve, nas últimas décadas, tão ameaçada.

A rutura da capacidade de prestar cuidados de saúde à população e de garantir condições mínimas para o funcionamento normal da escola pública são apenas dois exemplos onde a falência operacional do Estado assumiu já dimensões de alarme e emergência. Todavia, as disfunções proliferam nas mais diversas áreas de responsabilidade do Estado, da justiça à defesa, passando pela segurança pública.

Estas são matérias urgentes, no presente. Outras há que são estratégicas para o futuro.

Entre estas últimas, destaca-se a questão fundamental do crescimento económico, cuja insuficiência tem feito com que, ano após ano, o país se venha a aproximar da posição de nação mais pobre da Europa.

Este é um assunto que o Governo se recusa sequer a reconhecer. Na retórica do Governo é suficiente que o país convirja para o *atual* nível de rendimento médio da Área do Euro. Mas a convergência para o *atual* nível de rendimento médio da Área do Euro é aquilo que acontece naturalmente numa zona económica como a Área do Euro, ou como a União Europeia. O que se espera – e que a ciência económica comprova – num espaço económico como a Área do Euro ou como a União Europeia, onde os fatores produtivos são razoavelmente móveis e a tecnologia circula, e onde o enquadramento institucional é

semelhante, é que os países mais pobres cresçam mais do que os países mais ricos, e cresçam tanto mais quanto mais pobres forem. Assim, comparar o crescimento português com o da Alemanha ou da França, ou da Área do Euro, dominada por estes dois países, que quase perfazem metade da economia conjunta dessa área, é comparar o que não pode ser comparado. Essa tem sido lamentavelmente a estratégia do Governo, que prefere esconder, ou mesmo distorcer, a realidade da situação portuguesa.

O desempenho de uma economia relativamente pobre como a portuguesa, no quadro europeu, só pode ser comparado com o desempenho de outras economias relativamente pobres como a portuguesa, no mesmo quadro europeu, como são as dos outros quatorze Países da Coesão.

E a verdade, por muita que seja a propaganda do Governo, é que Portugal está agora no 21.º lugar da tabela da prosperidade dentro da UE, na mesma posição que a Roménia e, portanto, a cinco posições do fim.

Com um PIB *per capita* igual a 77,3% da média europeia, Portugal está, ainda assim, abaixo do nível de 2015 (77,5%). Em 2000, o PIB *per capita* português era 85,3% da média europeia, o que conferia a Portugal a posição do 15.º país mais “rico”. E este caminho de empobrecimento já levou a que nos últimos anos tenhamos sido ultrapassados pela Lituânia, em 2017, a Polónia, em 2021 e a Hungria, em 2022.

De quantas gerações precisaremos para elevarmos o rendimento do país ao nível médio europeu? E se outros países, que ainda há poucos anos eram significativamente mais pobres do que nós, estão agora à frente, enquanto os que ainda são mais pobres crescem o dobro da economia portuguesa e estão em vias de nos ultrapassar, não será normal que nos interroguemos sobre o que têm as suas economias que a nossa não tem? Além de que uma coisa é certa: o nível médio de rendimento europeu é *móvel* e, se relativamente àqueles países de crescimento mais dinâmico, que estão a fazer com a média se eleve, Portugal ficar cada vez mais para trás, o país pode ter por garantido que jamais atingirá o nível médio *futuro* de rendimento europeu.

O Programa de Estabilidade atualizado para o período de 2023 a 2027 é o espelho da abdicação e do esgotamento do Governo.

De esgotamento, na medida em que não prevê uma única iniciativa destinada a devolver ao Estado português a capacidade de prestação dos serviços públicos que estão compreendidos no contrato social em que assenta a nossa Democracia. Um Estado que não garante o acesso aos cuidados mais elementares de saúde e as condições mínimas de funcionamento da escola pública é um Estado que se está a demitir de responsabilidades constitucionais, agravando dramaticamente as desigualdades sociais, pois são os segmentos da população de menores rendimentos que mais sofrerão com essa demissão, dada a carência dos recursos necessários para encontrarem alternativas à provisão pública daqueles serviços. Na verdade, o Governo encontra-se em estado de negação da situação de alarme e emergência à qual a governação socialista dos últimos sete anos condenou o país.

O Programa de Estabilidade 2023-2027 é o espelho do esgotamento do Governo, mas também da abdicação de qualquer ambição para o futuro. Foi possível ouvir, com incredulidade, o ministro das Finanças, em audição no Parlamento, dizer que o Programa de Estabilidade não apresenta nada de novo em relação ao passado, porque os resultados das opções passadas estão comprovadamente a produzir bons resultados. Como se Portugal vivesse em autarcia, sem olhar aos resultados dos demais países da União. O isolamento em relação à realidade é um sinal preocupante de esgotamento, e ajuda também a explicar a confessada abdicação do futuro.

Uma expressão clara dessa resignação é o abaixamento muito expressivo das expectativas em relação ao crescimento económico futuro, entre o Programa de Estabilidade 2022-2026 e o Programa agora atualizado para o período de 2023 a 2027. Há um ano, o Governo traçava um cenário prospetivo, no qual a economia convergiria para uma taxa de crescimento média anual de 2,5%. Agora, apresenta-nos um cenário em que a taxa para a qual converge o crescimento é de 1,8%, sete décimas abaixo.

O crescimento tendencial agora projetado é inferior em duas décimas ao crescimento médio dos últimos sete anos (2,0%) e pouco mais de metade do crescimento dos outros Países da Coesão no mesmo período (3,2% de média anual).

A trajetória da produtividade apresentada no PE 2023-2027 é particularmente preocupante. As taxas anuais previstas variam entre 1,4% e 1,7%. O baixo nível de

produtividade é o “*calcanhar de Aquiles*” da economia portuguesa. Nos últimos sete anos, a produtividade da hora trabalhada esteve estagnada em Portugal. Este é outro dos problemas que para o governo socialista não existe. E, todavia, sem aumentos consistentes da produtividade é impossível projetar aumentos salariais sustentáveis.

Em suma, o crescimento económico que o Governo consegue projetar é inferior ao que projetava há um ano, é inferior ao registado nos últimos sete anos e largamente inferior ao crescimento dos outros Países da Coesão nesse mesmo período.

Em termos de crescimento, o ministro das Finanças não tem inteiramente razão quando diz que este Programa de Estabilidade se limita a reproduzir o passado recente no futuro mais próximo: na realidade, a projeção é pior do que o passado.

As projeções de médio prazo só têm importância na medida em que traduzem a ambição de quem as faz. E só são credíveis, se a ambição proclamada for acompanhada de um diagnóstico adequado do ponto de partida e da identificação das políticas e dos meios a mobilizar para a realizar.

O Programa de Estabilidade não esboça qualquer ambição. O que nos propõe é pior do que temos tido. É normal que se dispense, assim, de identificar medidas de política, além das que foram herdadas do passado e estão a produzir efeitos. É, como já se referiu, um espelho de esgotamento e uma confissão de desistência.

E este deixar andar, porque o Governo se satisfaz com o “andamento”, dispensando-se de adotar medidas que só poderiam ter explicação na intenção de mudar, é feito num quadro de mobilização de recursos próxima do máximo histórico.

A carga fiscal atingiu em 2022 um máximo de sempre, 36,4% do PIB. A previsão é de que este valor conheça nos próximos anos uma correção em baixa de apenas 3 décimas, o que faria com que a carga fiscal, no final do período de programação, fosse ainda a maior face ao nosso registo histórico atual, com exceção do ano de 2022.

Ao mesmo tempo que o Governo faz escolhas que implicam um nível máximo de mobilização de recursos dos portugueses sob a forma de obrigações fiscais e contributivas, o investimento público é de tal maneira reduzido que não chega para repor o capital físico consumido anualmente, o que sucedeu em todos os sete anos de

governação socialista, com consequências graves para a capacidade do Estado de prestar de serviços às famílias e empresas.

Não há nada de ideológico na constatação de que os portugueses nunca pagaram tanto do seu rendimento em impostos e contribuições, em troca de tão pouco, e cada vez menos, em termos de serviços básicos de provisão pública. O Estado não está financeiramente falido, como sucedeu na vez anterior em que o PS governou. Mas está, em contrapartida, operacionalmente em falência, apesar de absorver impostos e contribuições em percentagem do rendimento dos portugueses como nunca antes absorveu.

Nada disto se pretende mudar e a isto chama o Governo resultados comprovadamente bons.

A Assembleia da República não pode compactuar com esta complacência e indiferença em relação às graves emergências presentes e esta ausência de qualquer estratégia ou ambição para futuro. Deste modo, não pode deixar de rejeitar o Programa de Estabilidade 2023-2027.

Assim, a Assembleia da República, nos termos constitucionais e regimentais aplicáveis, resolve que:

1. O Governo deve apresentar à Assembleia da República um Programa de Estabilidade que identifique claramente a atual situação de colapso do Estado social, identificando prioridades, metas e linhas de atuação, com uma agenda reformista, bem como os meios necessários para repor o normal funcionamento dos serviços do Estado e a capacidade de cumprimento de obrigações sociais estabelecidas na Constituição da República Portuguesa.
2. O Programa de Estabilidade deverá identificar adequadamente as políticas públicas orientadas para o crescimento económico, designadamente as associadas ao investimento público e ao enquadramento fiscal, que deverão garantir que Portugal vai inverter a atual tendência de acantonamento no extremo mais pobre da escala de rendimento na Europa, tendência que se agravou nos últimos anos.



GRUPO PARLAMENTAR PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

3. Em particular, é da maior importância que o governo português tome medidas para garantir que o PRR não se transforme numa oportunidade perdida para transformar a economia portuguesa.

Lisboa, Palácio de S. Bento, 24 de abril de 2023.

As/Os Deputadas/os,

Joaquim Miranda Sarmento

Hugo Carneiro

Duarte Pacheco

Alexandre Simões

Artur Soveral de Andrade

Rui Vilar

Jorge Paulo Oliveira

Paulo Moniz

Hugo Martins de Carvalho

Sara Madruga da Costa

Patrícia Dantas

Afonso Oliveira

João Barbosa de Melo

Carlos Eduardo Reis

Isaura Morais